

A CRÍTICA DA TRADUÇÃO LITERÁRIA

Helder Martins
Escola Superior de Educação da Guarda - Portugal

A crítica da tradução, particularmente da tradução literária, aparece fundamentalmente e com maior frequência na imprensa, em forma de crítica e recensão literária, como uma apreciação mais ou menos crítica e extensa do produto “tradução” num contexto de chegada cultural, linguístico e literário, sem o texto de partida ter sido tomado como factor determinante para a crítica da tradução.

Uma outra forma de crítica da tradução, e é esta que me interessa particularmente aqui abordar, consiste no confronto analítico e comparativo do texto original e da respectiva tradução, perspectiva esta que tem como intenção inventariar e comentar semelhanças e diferenças de estrutura e linguagem entre o texto de partida e o de chegada, com vista a esclarecer o processo de tradução individual, a estratégia adoptada pelo tradutor e a sua adequação à tradução efectuada. É uma crítica que salienta a apreciação do processo de tradução e o papel dos factores e determinantes que o envolvem. Se o próprio tradutor não se exprimiu sobre os princípios de tradução utilizados (e.g. num prefácio ou posfácio) (nota 1), estes devem ser apreendidos e a sua consistência comprovada através do confronto entre os dois textos. Desta forma, uma tradução não poderá ser apreciada e criticada de forma apropriada caracterizando apenas as soluções propostas pelo tradutor, mas também relacionando continuamente essas soluções com as particularidades distintas do original. Esta comparação é

indispensável para a apreciação não correr o risco de ser exposta à crítica da arbitrariedade e subjectividade.

Tanto Reiß (1971: 24) como House (1981: 52) e Koller (1992: 211) iniciam a crítica da tradução com uma análise do texto de partida. Reiß (1971: 24ss.) determina em primeiro lugar o tipo de texto e o método de tradução, e estabelece assim um critério para a crítica. House (1981: 56) analisa num segundo passo o texto de chegada de acordo com o mesmo modelo utilizado para o texto de partida e compara o resultado de ambas as análises, enquanto Koller (1992: 215) desenvolve uma hierarquia de princípios de equivalência com base na análise do texto de partida para, a partir daí, proceder a uma comparação e apreciação da tradução.

Independentemente do tipo de estratégia a adoptar, convirá assinalar que a crítica da tradução não se baseia apenas na comparação de elementos internos e particulares dos textos de partida e de chegada, mas também na comparação de dois textos *sui generis* inseridos numa determinada situação, onde o factor temporal e cultural desempenham um importante papel.

O conceito de equivalência

Para a concretização do trabalho analítico e comparativo acima mencionado surge de imediato o conceito de equivalência, que podemos caracterizar como uma categoria central para o processo de tradução e para a avaliação crítica do trabalho do tradutor.

Na discussão que envolve a tradução, nunca um conceito provocou tanta reflexão, causou tantas opiniões contraditórias e tentativas de definição, como o conceito de equivalência entre o texto de partida e o de chegada.

A indeterminação relativa do conceito de equivalência tem causas específicas directamente relacionadas com o tradutor, com o próprio texto e com o leitor. Todo o tradutor possui um sistema de valores baseado na sua experiência linguística e extralinguística, na sua

pertença a um grupo social e comunidade linguística específica, que dirige e determina de forma mais ou menos ampla a sua produção translatória. Para além disso, também há que ter em linha de conta a existência de uma expectativa e noção específica do texto a traduzir, que é determinante na realização do texto de chegada. O processo de tradução não se deixa observar e determinar como um processo químico realizado num tubo de ensaio. A toda a tradução está subjacente um princípio de individualidade translatória e ela é, desta forma, por princípio, um acontecimento irrepetível.

Com base na sua experiência, Levý (*apud* Wilss, 1977: 162) sugere que o tradutor tende a transformar qualitativamente o texto de partida de duas formas, ao transpor o mesmo para a língua de chegada. Segundo Levý, ambos os tipos de modificação têm causas psicológicas. Num caso, o tradutor escolhe a primeira palavra que lhe ocorre a partir de um grupo de palavras utilizáveis no mesmo contexto, enquanto que no outro caso o tradutor assume o papel de intérprete do texto e parte do princípio de que a sua função é explicitar relações de dependência semântica na transposição do texto para a língua de chegada, com o intuito de aliviar o leitor na compreensão desse mesmo texto.

Deparam-se-nos outros problemas de equivalência quando ao tradutor se apresentam dificuldades de interpretação devido a uma ambivalência de conteúdo intencionada ou inconsciente do texto da língua de partida. Estas dificuldades e os problemas relacionados com o valor semântico de elementos do texto têm como consequência resultados diversos na tradução quando efectuada por vários tradutores, tanto ao nível do conteúdo como da estrutura superficial do texto.

Outro factor que é causa da dificuldade na formulação de princípios testáveis para a equivalência na tradução é o papel do receptor/leitor do texto de chegada, o qual deverá ser entendido como uma consequência de um processo de tradução que decorre a partir do emissor/autor do texto de partida, passando pelo tradutor com a dupla função de receptor do texto original e autor do texto na

língua de chegada, até chegar ao leitor desse mesmo texto. Registre-se que a importância deste leitor é clara quando pensamos que o tradutor traduz, em muitos casos, tendo em vista e consideração o leitor da sua tradução inserido num determinado tempo e lugar.

Koller (1992) e Kloepfer (1967) afirmam igualmente que, no que diz respeito a textos literários e produção lírica, o grau de equivalência não é nada fácil de determinar e dificilmente passível de ser objectivado.

Que a equivalência se refere a uma relação entre o todo ou um elemento de um texto de partida, e o todo ou um elemento de um texto de chegada, é hoje incontestável. É a natureza dessa relação que hoje ainda permanece um pouco difusa.

Na discussão teórica relativa à equivalência, registam-se variados princípios que pretendem explicitar a natureza da relação acima mencionada e a possibilidade da sua concretização. Este esforço é feito de forma mais pormenorizada em Wilss (1977: 156-191) e Koller (1992: 186-191). Para que se possa tirar pleno proveito das virtualidades que o conceito de equivalência encerra, torna-se indispensável registar alguns pontos de vista de alguns autores que dele se ocuparam. Catford ocupa-se da problemática da equivalência tendo em vista apenas o aspecto linguístico. As suas considerações baseiam-se no conceito de “textual equivalence” (1965). Para Catford toda a língua é um sistema fechado: “A SL [source language] text has a SL meaning and a TL [target language] text has a TL meaning” (1965: 35). Os elementos textuais da língua de partida e chegada têm, no sentido linguístico, raramente o mesmo significado, mas podem ter a mesma função semântica. A concepção de tradução de Catford coloca no centro a noção de texto, isto é, um texto da língua de partida é substituído por um texto da língua de chegada, em que o critério de substituição se baseia na equivalência. Por seu lado, Nida (1964) ocupa-se da língua do ponto de vista da comunicação. Uma tradução é adequada quando apresenta no texto de chegada “The closest natural equivalent”. Nas próprias palavras de Nida:

“One way of defining a D-E (dynamic equivalence) translation is to describe it as the closest natural equivalent to the source-language message. This type of definition contains three essential terms: (1) equivalent, which points toward the source-language message, (2) natural, which points toward the receptor language and (3) closest, which binds the two orientations together on the basis of the highest degree of approximation” (1964: 166).

Esta definição evidencia a importância de um objectivo duplo da tradução: por um lado, orienta-se pela mensagem da língua de partida e, por outro, pela língua receptora, sendo os elementos correspondentes os mais naturais possível. Desta forma, o efeito é natural e o texto imediatamente passível de ser compreendido. Uma tradução segundo o conceito proposto por Nida tem como objectivo uma total naturalidade ao nível da expressão e tenta relacionar o leitor com modos de comportamento e valores relevantes dentro do contexto da sua própria cultura e não insiste em fazê-lo compreender os padrões culturais do contexto da língua de partida para compreender a mensagem.

Kade (*apud* Wilss, 1977) parte do princípio de que as relações que dirigem o processo de tradução entre as línguas de partida e de chegada são passíveis de ser estruturadas, e que um sistema constrói relações de equivalência potenciais. O autor entende por equivalência o estabelecimento de uma correspondência de *um para um* ao nível do conteúdo. Visto que o sistema das línguas é diferente do ponto de vista estrutural, uma unidade lexical e sintagmática da língua de partida não corresponde sempre de forma qualitativa e quantitativa a uma unidade na língua de chegada. Desta forma, para além da correspondência de *um para um* (equivalência total), apresentam-se também a correspondência de *um para vários* (equivalência facultativa), de *um para parte de um* (equivalência aproximativa) e, por último, de *um para zero* (sem correspondência). Kade exige para a tradução uma inalterabilidade

(“Unverändertheit”) ao nível do conteúdo, não tendo em conta que um texto não tem apenas conteúdo, mas também forma e efeito; se eles forem alterados na tradução, dificilmente se poderá falar de equivalência entre texto de partida e chegada. É com base neste pressuposto que podemos assinalar que o modelo proposto por Kade é caracterizado pela limitação a um aspecto da equivalência, que é o conteúdo, deixando de lado o campo estilístico que normalmente se apresenta com mais dificuldades a superar.

Os princípios teóricos da maioria dos autores que se ocupam do conceito de equivalência referem-se a uma relação específica entre o texto de partida e o de chegada, focando, do meu ponto de vista, apenas aspectos parciais da equivalência.

Consideremos, por fim, a posição de Koller (1992), que adopta um conceito de tradutibilidade relativa e dinâmica, tendo em consideração vários estratos incluídos no conceito de equivalência. O autor foca, assim, cinco quadros de referência que têm um papel importante para o estabelecimento do tipo de equivalência: equivalência denotativa, conotativa, textual-normativa, pragmática e formal. De mencionar, em meu entender, que com esta diferenciação muito se ganhou no que diz respeito à discussão do conceito de equivalência. O conceito de equivalência é um conceito dinâmico que está ligado à natureza e às concepções históricas variáveis da tradução. Um texto de partida é escrito uma vez, enquanto que as traduções podem ser novamente realizadas e por diversos tradutores, tal como um texto pode ser lido por diversos leitores.

Chegado a este ponto, e após tirar a conclusão de que todo o processo de tradução se concretiza na estrutura de um texto de chegada tendo como permanente referência um texto de partida, regista-se que o tradutor deve esforçar-se continuamente por encontrar equivalentes óptimos na língua de chegada e, do mesmo modo, orientar-se pelo texto da língua de partida para assegurar a adequação do equivalente encontrado.

Análise e compreensão do texto de partida

Como foi afirmado anteriormente, o conceito de equivalência surge como uma categoria central para o tradutor e para o crítico da tradução. É com base nesta ideia que facilmente se chega à conclusão de que o estabelecimento de uma equivalência funcional obedece a dois pressupostos fundamentais que são, por um lado, a competência na língua materna e, por outro, a análise e compreensão do significado total da obra original, tanto no aspecto histórico e cultural como linguístico e literário. Desta forma, é o primeiro pressuposto que permite ao tradutor dar corpo na língua de chegada a todo o trabalho de análise e interpretação da obra original, assegurando que a tradução assuma um lugar de igual valor no novo contexto cultural e literário.

A função comunicativa e as características textuais ao nível semântico e sintáctico são de crucial importância para a compreensão do texto. Tanto as expressões incoerentes semanticamente como também as expressões privadas de características formais de coesão sintáctica são apreendidas pelo leitor como texto. O texto de partida, com o qual o tradutor, na prática, tem de trabalhar, apresenta frequentemente desvios à norma a nível semântico e/ou sintáctico, os quais contêm uma função comunicativa, devendo ser traduzidos. Em tais casos, o tradutor $\frac{3}{4}$ como o crítico da tradução $\frac{3}{4}$ deve reconhecer esses desvios e compensá-los de acordo com a sua competência e com o seu conhecimento do mundo. Assim, os factores envolventes na situação comunicativa, a partir dos quais o texto desempenha a sua função de comunicação, são de um significado decisivo para a análise textual. São os chamados factores externos em oposição aos factores internos.

Tendo em consideração o facto de a situação existir antes do texto e que a aplicação dos factores internos está centrada no meio, parece-me ser razoável analisar em primeiro lugar as características externas e de seguida as internas. Se as informações

sobre as características externas do texto são acessíveis no âmbito do próprio texto (título, nome do autor, informações bibliográficas, local, ano, tipo de texto, etc.), cria-se a partir daí um horizonte de expectativa tanto para o leitor da língua de partida como para o tradutor enquanto leitor, horizonte este que se confirma ou não aquando da leitura do texto.

Factores externos ao texto

Os factores extralinguísticos levam o autor de um texto a encontrar uma selecção específica dentro dos meios que a sua língua materna lhe põe à disposição, para se fazer entender por um receptor. São factores que têm a ver com o facto de realidades externas determinarem a estrutura linguística. Desta forma, impõe-se como válido o que Harald Weinrich salienta, embora noutra contexto: “Wörter gehören also in Sätze, Texte und Situationen” [As palavras pertencem assim às frases, ao textos e às situações] (1966: 19). Se aplicarmos esta ideia ao assunto que tratamos, chegamos facilmente à conclusão de que as *frases* correspondem ao microcontexto, os *textos* ao macrocontexto e as *situações* aos factores extralinguísticos que poderíamos designar de contexto situacional. Nesta designação está contido o que Nida caracteriza, por um lado, como “Communicative context (circumstances involved in the original communication, including such matters as time, place, author, audience, intent)” e, por outro lado, de “Cultural context of the source language” (1964: 243).

Dentro dos factores externos ao texto incluem-se naturalmente as informações necessárias sobre o *autor*, relevantes para a análise do texto e, conseqüentemente, para a tradução. Impõe-se registar a importância de saber quem é o emissor do texto, quais as informações que se apresentam no âmbito do próprio texto e de que modo as informações sobre o emissor contribuem para uma melhor

compreensão e análise do texto e para a resolução de certos aspectos mais problemáticos que se apresentem ao tradutor.

De seguida, surge-nos a *intenção do autor*, enquanto conceito problemático também para a área da tradução, e o efeito do texto como determinantes de algum valor para o tradutor e crítico da tradução. No que respeita à intenção do autor, decorre daqui uma questão problemática e crucial que reduziremos à sua expressão mais simples. Por um lado, a intenção do autor pode não coincidir com o significado do texto, pois este contém uma autonomia semântica que o tradutor, como intérprete vivo do texto, poderá seguir. Por outro lado, não pode ser esquecido que um texto é sempre um discurso dito por alguém a mais alguém acerca de alguma coisa. Neste sentido, a intenção do autor, quando manifestada por parte do mesmo e enquanto factor externo a ter em consideração, apesar de ter uma força menor que a do próprio texto, pode em alguns casos ser decisiva na indicação de indícios que poderão auxiliar o tradutor a superar certos “obstáculos” e permitir ao crítico evidenciar propósitos e resultados obtidos. Em meu entender e de uma forma generalizada, não é a intenção do autor, a qual se encontra supostamente oculta por detrás do texto, que deve ser apropriada pelo tradutor, mas sim o sentido do próprio texto, concebido de um modo dinâmico com a direcção do pensamento aberta pelo texto.

O factor do *local* refere-se principalmente ao local de produção do texto e pode ser significativo para a compreensão e interpretação do texto. Tanto alguns dados linguísticos, como realidades políticas e culturais, desempenham um papel importante para o factor do local de produção do texto. A isto acresce o facto de *realia* e particularidades que estão directamente relacionados com o país e povo da língua de partida se apresentarem frequentemente no texto. Uma tradução adequada na língua de uma comunidade linguística a quem os elementos relacionados com o local nada dizem $\frac{3}{4}$ são estranhos $\frac{3}{4}$ é particularmente difícil. Ultrapassar os problemas relacionados com o factor do local é uma tarefa exigente para o

tradutor, especialmente quando se trata de designações de objectos, equipamento, mecanismos, costumes e rituais que apenas são conhecidos no país da língua de partida.

Desta forma, apresentam-se as seguintes possibilidades para ultrapassar estas dificuldades: (1) dissimilação; (2) assimilação; (3) transpor a mesma palavra da língua de partida com a introdução de nota de rodapé; (4) tradução explicativa. No entanto, estas quatro possibilidades não devem ser utilizadas indiferenciadamente, mas dependendo do tipo de texto. A decisão sobre qual das possibilidades utilizar está naturalmente relacionada com o grau de estranheza com que as características da realidade do texto de partida se apresentam ao leitor da língua de chegada.

Para além do factor do local, ter-se-á que ter igualmente em consideração o factor do *tempo*, que se apresenta como bastante complexo, exigindo uma sensibilidade estilística e linguística por parte do tradutor. Refira-se, de passagem, que este factor não se relaciona apenas com a data de produção do texto de partida e a sua recepção, mas igualmente com a data da sua tradução e a sua recepção. É de indagar quais os problemas que resultam de um eventual e diferente tempo de produção da obra original e da respectiva tradução.

Consideremos, por último, a questão directamente relacionada com o *leitor*. A especificação do receptor pode corresponder ao tipo de texto ou ser independente dele. Uma questão que importa sempre explicitar é a de o leitor do texto de chegada se diferenciar do leitor do texto de partida pela sua pertença a uma outra sociedade linguística e cultural (uma tradução nunca se pode dirigir ao mesmo receptor que o texto original). Os factores relacionados com o leitor permitem ao autor do original, tendo em vista o receptor a quem se dirige, estruturar o texto de certa forma. Neste caso, é de extrema importância o contexto social e cultural onde o texto se insere. Cabe ao crítico da tradução indagar qual a estratégia adoptada pelo tradutor, isto é, determinar se os equivalentes encontrados admitem algum grau de estranheza (dissimilação) ou, pelo contrário, como frequentemente acontece, tendem para a assimilação (nota 2). No

entanto, qualquer destas estratégias não deverá ser utilizada indiferenciadamente, pois a equivalência será dificilmente atingida sempre que o grau de estranheza torne o texto inacessível ao leitor de chegada e, por outro lado, nem toda a assimilação é garantia de obtenção de uma equivalência funcional.

Ao efectuar-se uma análise dos factores externos, é decisiva a aplicação do princípio da recursividade, isto é, qualquer factor é passível de ser incluído em outro. Existe, assim, uma interdependência de todos os factores, não sendo a análise destes factores uma *rua de sentido único*, mas sim um processo recursivo, durante o qual expectativas são construídas, confirmadas ou corrigidas, o conhecimento existente alargado e com isso a compreensão modificada. Cabe ainda observar que este princípio é válido não apenas para a análise global do texto, mas também para a análise de factores isolados e partes do texto.

Factores internos do texto

Na comunicação, a mensagem, isto é, a sequência ordenada e coerente de signos veiculada do emissor até ao receptor, é uma das partes principais que constituem o texto. O autor de um texto, mesmo quando escreve sob o domínio de um impulso confessional, ou movido por um anseio de autocatarse ou buscando efeitos de auto-satisfação, não ignora que o seu texto tem de entrar num circuito de comunicação em que a derradeira instância é o leitor. Desta forma, não é de estranhar que este diálogo *in absentia*, em que o receptor tanto pode ser um leitor coevo como um indeterminado leitor do tempo futuro, se manifeste, ou se dissimule, sob múltiplas marcas textuais, transformando-se muitas vezes num complexo e astucioso jogo de máscaras e espelhos.

A compreensão e análise dos factores internos do texto é, assim, de crucial importância na abordagem do texto de partida e consequentemente relevante para a tradução.

A *temática* do texto é um desses factores e a sua obtenção através do nível lexical conduz-nos ao conceito de isotopia: isto é, uma cadeia de elementos lexicais ligados entre si constituem um plano isotópico, o qual deverá ser mantido na tradução e que pode remeter para o programa temático do texto.

A análise do *conteúdo*, com toda a sua relevância para a tradução, está relacionada com a informação semântica que se manifesta no texto. O conteúdo de um texto expressa-se através da sua referência a um estado das coisas ou factos reais de uma realidade extralinguística que pode, ou não, ser fictícia. Esta referência manifesta-se principalmente na semântica do vocabulário e estruturas utilizadas no texto.

A determinação da *estrutura* do texto é de importância crucial para o tradutor e crítico num quadro de análise textual relevante para a tradução. A isto acrescenta-se que a identificação da macroestrutura do texto pode ser feita, em primeiro lugar, através de sinais claros como parágrafos, marcações de capítulos, entre outros, enquanto que a microestrutura é apresentada por meio da construção de frases (e.g. distribuição de orações principais e subordinadas).

A questão do *léxico* deve ser tomada em consideração tanto do ponto de vista semântico como estilístico e formal. Outras questões relacionadas com o léxico, como a formação de palavras, metáforas e repetições não poderão ser indiferentes nem ao tradutor nem ao crítico da tradução. Para além disso, a selecção lexical que se encontra no texto pode dar indicações sobre outros factores internos. Especificando, as características semânticas e estilísticas do léxico podem remeter para o conteúdo e temática do texto. Registe-se ainda, neste contexto, que uma fidelidade simétrica não pode ser utilizada como critério objectivo e apropriado, pois o léxico de duas línguas $\frac{3}{4}$ com estruturas e noções do mundo diferentes $\frac{3}{4}$ não se corresponde completamente. No plano lexical, o crítico deve averiguar se as instruções lexicais contidas no original foram transpostas de forma adequada na língua de chegada. Isto quer dizer

que para a realização de um juízo crítico se deve comprovar como é que o tradutor ultrapassou os problemas de uma certa terminologia e linguagem, “falsos amigos”, homonímia, jogos de palavras, expressões idiomáticas e provérbios.

À semelhança do léxico, o campo da *sintaxe* é particularmente pertinente e não deve passar despercebido ao tradutor e crítico da tradução. A complexidade e construção das frases, a sua extensão e a distribuição de orações principais e subordinadas, são características sintácticas, as quais são importantes numa análise textual relevante para a tradução. Uma primeira observação da sintaxe característica de um texto permite a análise da extensão média das frases, dos tipos de frase, da distribuição de orações principais e subordinadas (parataxe e hipotaxe) e da ligação frásica através de elementos conectores, conjunções e advérbios, com o objectivo de reconhecer a estruturação da informação do texto. Convirá assinalar que para além das características sintácticas mais clássicas, os desvios à norma são um meio estilístico interessante para a obtenção de um efeito particular. Em tais casos, segundo Christiane Nord (1988), em primeiro lugar, deve ser determinado o tipo de desvio, a sua função e, por fim, comprovar a possibilidade de tradução. A crítica da tradução da gramática contida no texto de partida e a sua transferência para o texto de chegada deve proceder de acordo com o critério da correcção (Reiß, 1971). Perante a frequente diferença do sistema gramatical de duas línguas, tanto a sintaxe como a morfologia têm aqui inequivocamente a primazia. Uma estrutura gramatical poderá ser considerada correcta quando a tradução é constituída correctamente de acordo com a língua de chegada e quando são reconhecidos e reproduzidos correcta e adequadamente os aspectos semânticos e estilísticos das estruturas gramaticais da língua de partida. Adequadamente não significa aqui da mesma forma ou pelos mesmos meios, embora esta situação não seja tão rara como isso no que diz respeito a línguas análogas e próximas, como as que fazem parte do círculo cultural ocidental.

Em estreita ligação com os factores internos acima mencionados, registre-se que a atenção que se deve dar à *semântica* de um texto é

determinante para conservar o conteúdo e o sentido proposto pelo texto original. O desconhecimento de polissemias ou homônias, falsa interpretação e alterações arbitrárias através de acrescentos ou omissões, são grandes fontes de perigo para o tradutor e, conseqüentemente, “férteis” pontos de partida para o crítico.

Consideremos, por fim, uma questão que, em literatura, apesar de ser um fenómeno reconhecível, se torna bastante esquiua. Trata-se do conceito de *estilo* que embora diversamente definido, escapa à precisão. O estilo de um escritor pode ser considerado como uma utilização criativa e individual dos recursos da língua que o seu período, o seu género e o seu propósito lhe oferecem. Para entender e tornar explícita a criatividade linguística do escritor, “para apreciar completamente a alquimia por via da qual ele transforma o metal vulgar da linguagem quotidiana no ouro puro da arte, é antes de tudo necessário reconhecer e, quando possível, especificar os níveis de linguagem com os quais trabalha” (Spencer, 1974). O estilo de um texto designa o modo como a informação transmitida ao leitor é apresentada. Não me refiro aqui ao conceito de estilo normativo, mas sim ao modo de formulação do texto, que tanto é orientado por normas e convenções, como pode ser determinado pela intenção do autor. Neste campo, o crítico deve analisar se o texto de chegada evidencia uma correspondência estilística em relação ao texto de partida.

Conclusão

Todo o processo de tradução é definido pela descoberta de equivalentes potenciais e, conseqüentemente, pela selecção de um equivalente optimal. Esta selecção, como foi comprovado anteriormente, pode ser apoiada pelo contexto linguístico. Por outro lado, em meu entender, apesar da força e da importância dos testemunhos externos dever ser sempre menor que a dos textos com os quais o tradutor e o crítico se confrontam, estes factores

externos podem ser decisivos para a constituição do texto de chegada. Nas palavras de Georges Mounin, isto significa que “Übersetzen ist zuallererst und immer eine linguistische Operation”, mas “niemals eine einzige und ausschließlich linguistische Operation” [Traduzir é sempre e em primeiro lugar uma operação linguística, mas nunca única e simplesmente uma operação linguística] (1967: 61).

Delineada esta posição de partida, passo agora, em conclusão, a algumas reflexões finais sobre os pressupostos e princípios mencionados.

Quando falamos de tradução literária, estamos, sem dúvida, perante um processo de comunicação em cadeia, que resulta na elaboração, na língua de chegada, de estruturas lexicais e gramaticais que veiculam significados e produzem efeitos tendencialmente homólogos aos da língua de partida. No entanto, as dificuldades do acto de traduzir não se resumem às oposições entre sistemas ideológico-verbais. A isto acrescem outros tipos de problemas relacionados, por exemplo, com as idiosincrasias do autor original que muitas vezes subverte as regras da sua própria língua, na busca incessante de uma linguagem textual mais própria à sua intenção. Desta forma, os princípios e os pressupostos mencionados neste artigo não devem ser entendidos, do meu ponto de vista, apenas como paradigmas linguístico-formais ou como uma tentativa de definir de forma fechada o fenómeno de transposição de um texto literário de uma língua para outra. Uma questão que se impõe registar é o facto de se dever ter sempre em mente que a tradução é um trabalho homólogo de produção textual, que se inventa a si mesmo, não sendo apenas um transporte linguístico. O texto de chegada deverá continuar a ser o texto de partida, sendo outro, mas com o mesmo efeito subjacente. Por fim, acrescento que é indispensável ao crítico da tradução considerar o texto de chegada imerso num complexo linguístico e cultural, cujas normas, limitações ou constrangimentos condicionam e pré-determinam as opções a adoptar pelo tradutor. Em suma, o crítico da tradução

literária terá as tarefas de leitor (atento), tradutor, crítico literário e investigador dos contextos de produção e recepção dos textos.

Notas

1. De facto, constata-se com estranheza o facto de os tradutores de textos literários - textos em que as dificuldades de tradução são particularmente gravosas - raramente se manifestarem em prefácios, posfácios ou notas de rodapé sobre questões estético-formais e linguístico-estilísticas.

2. Este conceito reporta-nos naturalmente à ideia preconizada por Schleiermacher no seu texto (proferido em 1813 na Real Academia das Ciências de Berlim) *Über die Verschiedenen Methoden des Übersetzens* em que nos afirma: “Entweder der Übersetzer läßt den Schriftsteller möglichst in Ruhe und bewegt den Leser ihm entgegen; oder er läßt den Leser möglichst in Ruhe und bewegt den Schriftsteller ihm entgegen.” [Ou o tradutor deixa o escritor o mais possível em sossego e move o leitor ao seu encontro, ou deixa o leitor o mais possível em sossego e move o escritor ao seu encontro].

Referências bibliográficas

Catford, J. C. (1965). *A Linguistic Theory of Translation. An Essay in Applied Linguistics*, Oxford University Press, London.

House, J. (1981). *A Model for Translation Quality Assessment*, 2. Aufl., (Tübinger Beiträge zur Linguistik 88), Tübingen

Kloepfer, R. (1967). *Die Theorie der literarischen Übersetzung*. (Freiburger Schriften zur Romanischen Philologie, Bd.12), W. Fink Verlag, München.

Koller, W. (1992). *Einführung in die Übersetzungswissenschaft*, 4. Auflage, Quelle und Meyer (UTB), Heidelberg.

Mounin, G. (1967). *Die Übersetzung*, Nymphenburger Verlag, München.

Nida, E. A. (1964). *Toward a Science of Translating. With Special Reference to Principles and Procedures Involved in Bible Translating*, E. J. Brill, Leiden.

Nord, C. (1988). *Textanalyse und Übersetzen*, Julius Groos Verlag, Heidelberg.

Reiß, K. (1971). *Möglichkeiten und Grenzen der Übersetzungskritik*, Max Hueber Verlag, München.

Spencer, J. (1974). *Linguística e Estilo*, 2ª edição, Cultrix, São Paulo.

Weinrich, H. (1966). *Linguistik der Lüge*, Schneider, Heidelberg.

Wilss, W. (1977). *Übersetzungswissenschaft. Probleme und Methoden*, E. Klett, Stuttgart.